



Agenda de **políticas públicas** para os **presidenciáveis**

APRESENTAÇÃO

O presente relatório reúne propostas de políticas públicas elaboradas e sistematizadas pelo **Instituto Esfera** com base em análise técnica, diálogo com especialistas e acompanhamento do debate legislativo e regulatório brasileiro. O documento foi estruturado em cinco eixos temáticos — segurança pública e inteligência de dados, responsabilidade fiscal e gastos tributários, comércio exterior e soberania em minerais críticos, eficiência regulatória e ambiente de negócios, e política monetária e crédito — e tem como destinatários os candidatos à Presidência da República nas eleições de 2026.

O objetivo não é apresentar uma plataforma ideológica, mas oferecer um conjunto de recomendações concretas, fundamentadas e aplicáveis, capazes de orientar programas de governo comprometidos com o desenvolvimento econômico sustentável, a segurança jurídica, a eficiência do Estado e o bem-estar da população brasileira. Cada eixo foi desenvolvido a partir de diagnósticos precisos sobre os principais entraves ao progresso do País, seguidos de propostas detalhadas que buscam endereçar essas falhas de forma sistêmica e coerente. As referências são os estudos técnicos publicados pelo **Instituto Esfera** nos exercícios de 2025 e 2026¹.

O **Instituto Esfera** reafirma seu compromisso com o debate qualificado e com a construção de um Brasil mais justo, competitivo e bem governado.



1. Os estudos estão disponíveis no link: <https://esferabrasil.com.br/instituto-esfera/>

EIXO 1 — SEGURANÇA PÚBLICA E INTELIGÊNCIA DE DADOS

A segurança pública brasileira enfrenta, no século 21, um desafio que transcende em muito a lógica tradicional de policiamento ostensivo. O crime organizado contemporâneo opera como uma estrutura empresarial sofisticada, com cadeias produtivas, fluxos financeiros, redes de fornecedores e mecanismos de lavagem de ativos que se entrelaçam com a economia formal. Combatê-lo com eficácia exige, portanto, uma abordagem igualmente sofisticada, que integre inteligência financeira, monitoramento de cadeias de suprimentos e tecnologia de dados ao trabalho das forças de segurança.

Para materializar essa abordagem e desarticular o poderio econômico de facções criminosas, é fundamental implementar propostas voltadas ao fortalecimento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e do Sistema Brasileiro de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.



Asfixia financeira do crime organizado

Uma das propostas centrais neste eixo é a ampliação do rol de sujeitos obrigados previsto na Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 9.613/1998). Atualmente, a legislação já impõe obrigações de *compliance* e reporte ao Coaf e a uma série de segmentos econômicos, mas deixa de fora elos críticos das cadeias produtivas de ativos ambientais — em especial aqueles que operam na interface entre a economia ilícita e a formal. A proposta é incluir expressamente exportadoras de madeira e ouro nesse universo regulatório, obrigando-as a adotar protocolos rigorosos de conformidade e a reportar operações suspeitas. Essa medida ataca diretamente o chamado esquentamento de produtos ilícitos, processo pelo qual bens de origem criminosa — como madeira extraída ilegalmente ou gado criado em terras desmatadas — adquirem aparência de legalidade ao ingressar em cadeias produtivas regulares.

Inteligência na cadeia de suprimentos

Na mesma direção, propõe-se a implementação do monitoramento obrigatório de fornecedores — o chamado *Know Your Supplier* — como instrumento de prevenção à contaminação da economia formal por ativos de origem criminosa. Esse mecanismo, amplamente adotado em jurisdições com padrões elevados de governança corporativa, exige que empresas conheçam e monitorem a procedência dos insumos e produtos que adquirirem. No setor do ouro, deve-se consolidar a extinção da presunção de boa-fé na primeira aquisição e impor a rastreabilidade total da produção, desde a lavra garimpeira até a entrada no sistema financeiro. Trata-se de corrigir uma lacuna regulatória que, na prática, tem permitido que ouro de origem ilegal circule livremente nos mercados formais.

Integração de bases de dados para prevenção

A terceira proposta deste eixo diz respeito à criação de interoperabilidade em tempo real entre registros ambientais — como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Documento de Origem Florestal (DOF) e o Guia de Trânsito Animal (GTA) — e os sistemas de inteligência financeira e segurança pública. A ideia é que o uso de algoritmos e o cruzamento de grandes volumes de dados precedam o flagrante, permitindo identificar inconsistências entre a capacidade produtiva declarada por um agente econômico e a sua movimentação financeira real. Quando uma serraria com capacidade para processar cem metros cúbicos de madeira por mês registra movimentações financeiras compatíveis com mil metros cúbicos, essa discrepância deve acionar alertas automáticos nos sistemas de inteligência do Estado — antes que o dano seja consumado.

Enforcement contra mercados ilegais digitais

Por fim, o eixo contempla o fortalecimento da fiscalização contra plataformas de apostas online e operadores de *e-commerce* que atuam fora do regime regulatório. A proliferação dessas plataformas clandestinas cria uma distorção concorrencial grave: enquanto as empresas legais arcam com os custos de conformidade, os operadores ilegais extraem lucros sem qualquer contribuição ao erário ou aos sistemas de proteção ao consumidor. A proposta é utilizar o bloqueio de meios de pagamento e o corte de fluxos financeiros como instrumentos primários de combate a esses mercados, reequilibrando o ambiente competitivo e protegendo a integridade do sistema financeiro nacional.

EIXO 2 — RESPONSABILIDADE FISCAL E GASTOS TRIBUTÁRIOS

Brasil enfrenta uma trajetória fiscal de crescente complexidade. O envelhecimento acelerado da população pressiona as contas previdenciárias e de saúde pública, enquanto a economia nacional precisa manter competitividade em um ambiente global cada vez mais exigente. Nesse contexto, a racionalização dos gastos tributários — ou seja, das renúncias fiscais concedidas pelo Estado sob a forma de isenções, reduções de alíquota, regimes especiais e outros benefícios — torna-se imperativa. Estimativas recentes indicam que o Brasil renuncia a uma parcela expressiva de sua arrecadação potencial por meio desses mecanismos, muitos dos quais carecem de avaliação sistemática quanto à sua eficácia e equidade.

A proposta central deste eixo é a criação de uma Lei Geral dos Gastos Tributários (LGGT), que institua critérios objetivos e vinculantes para a concessão e manutenção de benefícios fiscais. Essa legislação estabeleceria parâmetros de relevância, eficácia, eficiência e equidade como condições necessárias para a vigência de qualquer renúncia fiscal, transformando o que hoje é um processo frequentemente discricionário e sujeito a capturas por grupos de interesse em um sistema transparente e sujeito a controle social e parlamentar.



Complementarmente, propõe-se a adoção generalizada de cláusulas de caducidade — as chamadas *sunset clauses* — que estabeleçam prazos determinados de vigência para todas as renúncias fiscais. A renovação de cada benefício ficaria condicionada à realização de avaliações periódicas que comprovem o retorno social e econômico gerado. Essa medida evita que incentivos criados para contextos específicos persistam indefinidamente, mesmo após o desaparecimento das condições que os justificavam, tornando o sistema tributário mais dinâmico e responsivo às necessidades reais da sociedade.



A terceira frente de ação neste eixo é a adoção do modelo de contrapartidas obrigatórias. Por esse modelo, as empresas beneficiadas por incentivos fiscais assumiriam compromissos mensuráveis em áreas como geração de empregos, realização de investimentos produtivos e cumprimento de padrões de sustentabilidade. O Estado deixaria de ser um doador passivo de recursos públicos para se tornar um parceiro ativo no desenvolvimento econômico, com instrumentos concretos para avaliar se os recursos renunciados estão produzindo os resultados esperados.

EIXO 3 — COMÉRCIO EXTERIOR E SOBERANIA EM MINERAIS CRÍTICOS

A inserção do Brasil na economia global do século 21 apresenta desafios e oportunidades de natureza estrutural. O País detém reservas expressivas de minerais estratégicos — incluindo terras raras, lítio, nióbio e outros insumos fundamentais para a transição energética e para as cadeias produtivas de tecnologias de ponta — mas, historicamente, exporta esses recursos em estado bruto, capturando apenas uma fração do valor gerado ao longo de toda a cadeia produtiva. A relação com a China, maior consumidora mundial desses minerais, ilustra com clareza essas assimetrias: o Brasil vende matéria-prima e importa produtos manufaturados, perpetuando uma lógica de especialização primária que limita o desenvolvimento industrial nacional.

Arquitetura regulatória para ativos estratégicos

Para reverter essa dinâmica, o eixo propõe, em primeiro lugar, a criação de um sistema robusto de triagem de investimentos estrangeiros em setores considerados vitais para a segurança nacional e econômica. Esse mecanismo, já adotado pelos Estados Unidos, pela União Europeia e por diversas nações com alto grau de sofisticação regulatória, permite que o Estado avalie o impacto de aquisições e investimentos externos em setores sensíveis, assegurando que a abertura ao capital estrangeiro não comprometa a soberania sobre recursos estratégicos.

Captura de renda mineral

Em segundo lugar, propõe-se a implementação de *royalties* escalonados para minerais críticos, calibrados de acordo com *benchmarks* internacionais e com os ciclos de preço de cada *commodity*. Esse modelo garante que, em períodos de alta excepcional dos preços internacionais, o Estado brasileiro capture uma parcela proporcional das rendas extraordinárias geradas pela exploração de recursos naturais não renováveis que pertencem à coletividade. Trata-se de um instrumento de justiça distributiva e de financiamento do desenvolvimento, amplamente utilizado em países produtores de minerais como Austrália, Chile e Noruega.

Transferência tecnológica condicionada

A terceira proposta é a vinculação da autorização para exploração de reservas de terras raras e demais minerais críticos a compromissos concretos de investimento em refino e manufatura *downstream* em território nacional. Em termos práticos, isso significa que o acesso às reservas brasileiras seria condicionado ao desenvolvimento, no Brasil, de capacidades industriais que agreguem valor à produção mineral — desde o processamento primário até a fabricação de componentes para baterias, painéis solares, motores elétricos e outras tecnologias de fronteira. Essa abordagem transforma as reservas minerais em alavanca de industrialização, e não apenas em fonte de divisas de curto prazo.



EIXO 4 — EFICIÊNCIA REGULATÓRIA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

chamado Custo Brasil — expressão que designa o conjunto de ineficiências estruturais que encarecem a produção, o investimento e a inovação no País — tem raízes múltiplas, mas, entre elas, destacam-se a proliferação de normas obsoletas e a cultura de judicialização excessiva que onera tanto as empresas quanto o próprio Judiciário. Simplificar o ambiente regulatório e reduzir a litigiosidade são, portanto, condições necessárias para o aumento da competitividade nacional e para a melhoria do ambiente de negócios.

Redução da litigiosidade

No que diz respeito à litigiosidade, a proposta é incentivar a adoção de cláusulas de resolução extrajudicial em contratos de massa, e de mecanismos de compensação automática em setores com elevado volume de conflitos padronizados, como a aviação civil. A proliferação de ações judiciais por danos morais presumidos — muitas vezes de baixo valor individual, mas elevadíssimo custo agregado para o sistema de Justiça — poderia ser significativamente reduzida mediante a criação de vias alternativas de resolução que sejam ágeis, acessíveis e efetivas para o consumidor. Países com sistemas bem desenvolvidos de resolução alternativa de disputas registram menor congestionamento judicial e maior satisfação dos cidadãos com a prestação jurisdicional.



Modernização normativa

A modernização normativa passa pela revisão e revogação de proibições anacrônicas que impedem o autosserviço e bloqueiam a inovação tecnológica. Um exemplo emblemático é a obrigatoriedade de frentistas em postos de combustível — norma desalinhada com as práticas internacionais e que impõe custos operacionais sem contrapartida em segurança ou qualidade para o consumidor. Da mesma forma, restrições à publicidade de serviços de profissões reguladas, herdadas de uma era de escassez de informação, perderam sentido em um ambiente de hiperconectividade e devem ser revistas à luz das necessidades do consumidor contemporâneo e da liberdade de concorrência.

Simplificação administrativa

No plano administrativo, a proposta de unificação de capturas biométricas e eliminação de redundâncias burocráticas entre órgãos federais e estaduais endereça um problema cotidiano que afeta milhões de cidadãos e eleva desnecessariamente os custos operacionais do Estado. Quando diferentes órgãos exigem o cadastramento independente das mesmas informações biométricas — como ocorre hoje em contextos como o alistamento militar, o sistema de Justiça, a Receita Federal e as polícias estaduais —, o resultado é o desperdício de recursos públicos e o aumento da fricção para o cidadão. A interoperabilidade entre bases de dados governamentais, com os devidos controles de privacidade e segurança da informação, é uma solução técnica madura e de alto retorno.

EIXO 5 — POLÍTICA MONETÁRIA E CRÉDITO

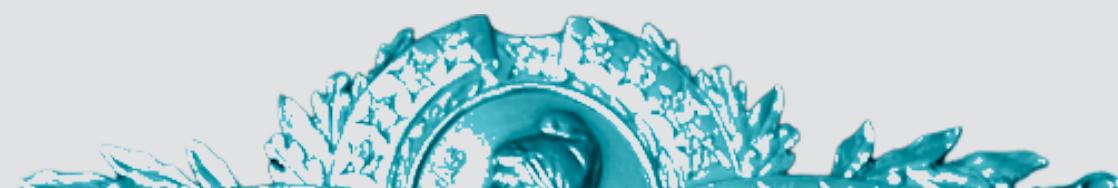
Brasil convive há décadas com taxas de juros estruturalmente elevadas e *spreads* bancários entre os maiores do mundo, um fenômeno que limita severamente o investimento produtivo, comprime o consumo das famílias e reduz a velocidade do crescimento econômico. Reduzir o custo do capital no País é, portanto, uma das condições mais importantes para o aumento da produtividade e da competitividade da economia brasileira. Este eixo propõe um conjunto de reformas que atuam em duas frentes complementares: a relação entre dívida pública e política monetária e a calibragem do regime de metas de inflação.

Desvinculação da dívida e política monetária

A primeira proposta diz respeito à composição da dívida pública federal. A elevada participação das Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) — títulos indexados à taxa Selic — na dívida pública cria um mecanismo perverso que reduz a eficácia da política monetária. Quando a dívida é predominantemente pós-fixada, elevações na taxa de juros não produzem o efeito contracionista esperado sobre a demanda agregada, uma vez que os detentores de títulos públicos veem sua riqueza financeira crescer automaticamente com o aumento da Selic. A proposta de reduzir gradualmente a participação das LFTs em favor de títulos prefixados ou indexados à inflação fortaleceria o canal de transmissão da política monetária e permitiria ao Banco Central (BC) operar com maior eficácia.

Aprimoramento das metas de inflação

A segunda proposta diz respeito ao aprimoramento técnico do regime de metas de inflação. A substituição do índice de inflação pleno pelo núcleo inflacionário — a chamada *core inflation*, que exclui itens com alta volatilidade, como alimentos e energia — como principal referência operacional do BC permitiria uma calibragem mais precisa da política monetária. Choques de oferta temporários, como variações climáticas que elevam o preço de alimentos ou crises geopolíticas que afetam o preço do petróleo, não devem gerar respostas de política monetária que imponham custos desnecessários em termos de desemprego e desaceleração econômica. A adoção de horizontes temporais mais realistas para o cumprimento das metas reforçaria essa lógica, conferindo maior previsibilidade e credibilidade ao regime monetário sem sacrificar o compromisso com a estabilidade de preços.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas reunidas neste relatório formam uma agenda coerente e complementar, orientada por um diagnóstico compartilhado: o Brasil possui os recursos naturais, o capital humano e a dimensão de mercado necessários para ocupar uma posição de maior protagonismo na economia global, mas é retido por estruturas institucionais, regulatórias e financeiras que precisam ser modernizadas. Os cinco eixos aqui apresentados — segurança pública e inteligência de dados, responsabilidade fiscal, soberania em minerais críticos, eficiência regulatória e política monetária — não são ilhas temáticas isoladas, mas dimensões interconectadas de um mesmo projeto de desenvolvimento nacional.

A asfixia financeira do crime organizado é inseparável da integridade do sistema econômico; a racionalização dos gastos tributários é condição para a sustentabilidade fiscal e para a redução da carga sobre os contribuintes que cumprem suas obrigações; a soberania sobre minerais críticos é alavanca de industrialização e não apenas de exportação de *commodities*; a simplificação regulatória é pré-requisito para a inovação e para a atração de investimentos produtivos; e a redução do custo do capital é o oxigênio sem o qual nenhum projeto de desenvolvimento de longo prazo consegue prosperar.

O **Instituto Esfera** coloca este documento à disposição de todos os candidatos à Presidência da República, com a convicção de que o debate qualificado sobre políticas públicas é, em si mesmo, uma contribuição ao fortalecimento da democracia brasileira. As propostas aqui contidas não têm filiação partidária — têm filiação com o Brasil.





esferabrasil.com.br